

O século XVIII não deve ser visto como uma antecâmara do moderno crescimento económico, o que no caso português tem, ainda para mais, pouco sentido. Porém, não se pode igualmente deixar de considerar estudos recentes que destacam a existência de grupos de países que no início do processo de industrialização já tinham disparidades importantes entre os seus níveis de rendimento. Sendo assim, a compreensão da evolução económica ao longo do século XVIII – nomeadamente do sector agrário, responsável pela criação de mais riqueza e que empregava mais mão-de-obra – é indispensável para entender o momento, as condições e os motivos para a criação de tais distâncias no nível de desenvolvimento dos países europeus. Desta forma se recuperam como agenda de investigação histórica as preocupações com o «progresso e a decadência» dos diferentes estados europeus, tema candente do discurso político e doutrinário da segunda metade do século XVIII. Pelo leque de temas que cobre, pelas conclusões e hipóteses interpretativas que lança, este primeiro volume da *História Económica de Portugal* torna possível considerar o período setecentista numa nova perspectiva.

Da Introdução

Apoios:

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR



*Banco de Portugal*



**Imprensa  
de Ciências  
Sociais**

ISBN 972-671-138-X



9 789726 711384

Vol. I  
**O SÉCULO  
XVIII**

P. Lains e A. F. Silva (orgs.) **História Económica de Portugal**

ICS

# HISTÓRIA ECONÓMICA DE PORTUGAL

## 1700-2000

Volume I  
**O SÉCULO XVIII**

**Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva**  
(Organizadores)

ICS



**Pedro**  
Instituto  
Univers  
em Eco  
Nova d  
História  
Europe  
sobre h  
portugu

**Álvaro**  
é prof  
Economi  
de List  
pela U  
e dout  
pelo Ir  
(Floren  
temas  
da fam  
econó

# **História Económica de Portugal 1700-2000**

**Volume I  
O Século XVIII**

Organização

Pedro Lains  
Álvaro Ferreira da Silva

Imprensa de Ciências Sociais

**Pedro Lains**  
Instituto de  
Universidade  
em Economi  
Nova de Li  
História pe  
Europeu (F  
sobre histó  
portuguesa

**Álvaro Ferreira**  
é professor  
Economia  
de Lisboa.  
pela Unive  
e doutora  
pelo Instit  
(Florença)  
temas rel  
da família  
económico

História económica de Portugal, 1700-2000 / org. Pedro Lains, Álvaro Ferreira da Silva. – Lisboa : ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005-. v.. – 1º v. : O século XVIII. – ISBN 972-671-138-X

História económica – Portugal – sécs. 18-20 / Desenvolvimento económico

CDU 33(469) “17/19”

*Aos nossos pais,*

PL e AFS

*Título:* História Económica de Portugal (1700-2000), vol. I  
*Edição:* Imprensa de Ciências Sociais  
Instituto de Ciências Sociais  
da Universidade de Lisboa  
Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9  
1600-189 LISBOA – PORTUGAL  
Telef. 217804700 – Fax 217940274  
URL: <http://www.ics.ul.pt>  
Email: [Imprensa@ics.ul.pt](mailto:Imprensa@ics.ul.pt)

*Coordenação editorial:* Clara Cabral

*Capa:* João Segurado

*Composição e paginação:* Celeste Pires

*Revisão:* Soares de Almeida

*Impressão e acabamento:* Tipografia Guerra – Viseu

*ISBN:* 972-671-138-X

*Depósito legal:* 219226/04

José Subtil

### *Capítulo 13* Instituições e quadro legal

O quadro institucional e legal do século XVIII referente à área económica e financeira compreende dois ciclos bastante diferentes. O primeiro, que diz respeito ao reinado de D. João V, consubstancia ingredientes do paradigma corporativo, apesar de serem enunciados alguns tópicos de reforma que, contudo, só terão expressão estruturante a partir do período pombalino. O segundo, que compreende os reinados de D. José I, D. Maria I e as regências de D. João VI, marca um ponto de ruptura na matriz institucional e no modelo de governo e administração.

Pode dizer-se, de uma forma geral, que a grande diferença assenta na passagem de uma administração de tipo passivo (jurisdicional) para uma administração de tipo activo (reformista), com todas as consequências políticas e institucionais. Todavia, até finais do Antigo Regime coexistiram ainda os dois modelos, com perda acentuada do primeiro relativamente ao segundo, e, por isso, se pode falar de uma administração paralela geradora de permanente conflitualidade política, uma vez que a estratégia reformista, ao exigir um novo modo de funcionamento e organização das instituições, se tornava incompatível com o modelo autonomista e auto-centrado dos organismos colegiais que vinham governando o reino desde o século XVI.

D. Luís da Cunha, no início do século, assinalava já alguns aspectos essenciais da mudança quando advogava a reorganização das alfândegas e da Fazenda real, a reforma tributária, traçava o novo modelo de oficial

régio, defendia a criação de companhias monopolistas, a renovação da política manufactureira do conde da Ericeira, apontava a urgência na construção de canais e estradas para facilidade do comércio e exigia a incorporação dos correios na administração da coroa (v. Cunha, 2001). Todos estes projectos e muitos outros acabariam por ser concretizados na segunda metade do século, transformando as estruturas institucionais e o rumo da administração financeira e económica. Vejamos para cada um destes períodos os elementos caracterizadores dos ambientes institucionais.

## O reinado de D. João V

No início do século XVIII eram ainda dominantes as categorias históricas usadas no Antigo Regime para representar a *economia*, uma *sociabilidade* que radicava na esfera da vida familiar, entendida esta como comunidade originária e natural, que podia assumir várias formações, desde a da casa à vila, cidade ou reino (Frigo, 1991). Esta imagem integrava, portanto, ingredientes fora do alcance das análises contemporâneas, como terá entendido, por exemplo, em meados do século XIX o oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda ao apresentar um relatório sobre os rendimentos públicos anteriores a 1832, afirmando: «O mecanismo tributário d'estes tempos não se póde aferir pelas modernas idéas economicas; a indole da sociedade actual não é da sociedade que passou; é difficil ao espirito explicar, através das sombras dos séculos, as anomalias de tão apartadas eras; a acção iconoclasta do tempo quebrou as imagens que apresentavam muitos dos factos sociaes das idades preteritas<sup>1</sup>.»

Será, pois, no contexto do paradigma da época moderna que devemos analisar o quadro legal e institucional da economia durante a primeira metade do século XVIII, que, como atrás se disse, está ligado ao modelo de gestão familiar, em que o fim último da economia se funda nas virtudes que deve possuir o pai ou o príncipe para orientar a gestão doméstica e social. A dimensão da economia, a bem dizer, ficava, nestas circunstâncias, resumida à capacidade de arrecadação de receitas para satisfazer os serviços dos familiares e vassallos, garantindo o seu sustento e bem-estar.

A este propósito, escrevia Baptista Fragoso: «A casa dos príncipes é a cidade; a cidade constitui o fim da casa. Por isso é preciso que aqueles que vão dirigir as coisas públicas se exercitem antes nas coisas económicas

<sup>1</sup> V. Vasconcelos (1865), p. 8.

ou domésticas [...] pois a casa é uma pequena cidade e a economia uma forma compendiária da política; tal como a cidade é uma grande casa e a política uma economia comum<sup>2</sup>.»

Pertenciam, assim, ao governo económico, de uma forma geral, todos os actos que contribuíssem para o bom «sustento» e «engrandecimento» dos vassallos, pelo que a economia estava interligada com a justiça e a graça. Com esta, porque é através da graça que o monarca remunera os serviços dos seus vassallos, dando ou podendo dar aquilo a que não é obrigado. E com a justiça porque de modo algum pode prejudicar terceiros com as suas dádivas<sup>3</sup>. Daí que as mercês<sup>4</sup>, como um dos instrumentos mais privilegiados do poder régio, constituam um eixo central da actividade económica e, decerto, o factor mais constante do empenhamento das rendas, que dependiam, em grande parte, das receitas fiscais<sup>5</sup>.

Neste contexto, o modelo institucional da área económica alinhava, de forma geral, com o modelo jurisdicional implantado a partir do século XVI, cujas características principais eram as seguintes: (1) carácter misto, portanto não especializado, dos organismos encarregues da administração da fazenda e da economia, dado que desempenhavam, simultaneamente, funções administrativas, de governo e judiciais; (2) deficiente articulação hierárquica, uma vez que a matriz funcional assentava na autonomia jurisdicional dos diversos organismos; (3) confusão na delimitação de áreas territoriais sobre competências e funções; (4) lentidão e complexidade nos processos de decisão; (5) multiplicidade de jurisdições, atendendo aos tipos de processos e às prerrogativas dos *Estados* envolvidos. De acordo ainda com o paradigma corporativo, cada instituição regulava a sua intervenção no âmbito das suas prerrogativas e interesses, e não de acordo com as necessidades da área económica em geral. Não era possível, nestas circunstâncias, a emergência de acções governativas específicas que correspondessem a objectivos a favor do «interesse público». Por outro lado, a

<sup>2</sup> V., sobre os conceitos de justiça, graça, economia e política, Hespanha (1993a) (citação p. 390).

<sup>3</sup> Sobre a economia simbólica da liberalidade, v. Hespanha (1993b).

<sup>4</sup> Neste quadro reveste-se de particular importância o Regimento das Mercês dado por D. Pedro II em 19 de Janeiro de 1671 para regular «Os Requerimentos das Pessoas que pedem satisfação de serviços» e que o Decreto de 13 de Agosto de 1706 define como «serviços feitos na Guerra, Embaixadas, Enviaturas, Secretários de Letras, e nos Tribunais, e serviços do Paço», estipulando ainda as suas renúncias ou a alegação de serviços alheios. Testemunhando a importância deste instrumento, D. Maria I aprova o Regimento do Registo das Mercês para controlo e validação das mesmas, sem que antes, em pleno período das reformas pombalinas, sejam decretadas as confirmações gerais por se verificarem «abusos e desordens prejudiciais» (Regimento de 6 de Maio de 1769).

<sup>5</sup> V. Hespanha (1993c).

autonomia jurisdicional não permitia a permeabilização da acção administrativa nem tão-pouco a sua coordenação, acabando por a inércia ou a ineficácia resolverem, por vezes, versões antagónicas ou mesmo conflituais dos problemas.

## O quadro institucional

No plano institucional, o modelo compreendia uma administração periférica e local e um núcleo de administração central com sede em Lisboa, cabeça do reino e lugar da corte<sup>6</sup>. Da primeira faziam parte os magistrados ordinários da Fazenda, de que, entre os mais importantes, haverá que referir os provedores e contadores das comarcas, a quem competia a cobrança, o tombo das rendas reais e o controlo das contas dos almoxarifes, que eram, por sua vez, juizes dos direitos reais e executores das receitas<sup>7</sup>. Aos corregedores pertencia a fiscalização, lançamento e arrecadação das sisas, bem como a inspecção do cultivo das terras, obras públicas, limpeza, sanidade e polícia, isto é, o «governo económico» local, assegurado, em primeira instância, pelos senados das câmaras<sup>8</sup>. Os almotacés estavam encarregues da tabelação e terçamento dos géneros (alimentares e outros), a observância das taxas, pesos e medidas<sup>9</sup>. Os juizes das alfândegas estavam afectos ao comércio, interno e externo, zelando pela arrecadação dos direitos de entrada e saída determinados pelos forais e regimentos. Um caso especial era o da Alfândega Grande de Lisboa, dirigida por um provedor-geral, para além de outras mesas especiais, como a das Sete Casas, Casa da Índia, Tabaco, Sal, etc. A Alfândega do Porto foi regimentada por alvará de 2 de Junho de 1703.

Ao nível central, como tribunais da Fazenda, temos, em primeiro lugar, o Conselho da Fazenda, com jurisdição privativa e exclusiva sobre a arrecadação das rendas e bens da coroa, o Conselho Ultramarino (1641), com idêntica jurisdição para os domínios ultramarinos, e a Junta do Tabaco, cujo comércio era privativo da coroa<sup>10</sup>. Como tribunais económicos e políticos, a Mesa da Consciência e Ordens, que governava as três ordens militares, o provimento dos benefícios e a administração das comendas e

<sup>6</sup> V. outros pormenores desta organização em Subtil (2002).

<sup>7</sup> O regimento destes oficiais remonta ao início do século XVI; v. ainda *Ordenações Filipinas*, liv. II, tit. 51.

<sup>8</sup> *Ordenações Filipinas*, liv. I, tít. 62 e 68.

<sup>9</sup> *Ordenações Filipinas*, liv. I, tit. 68.

<sup>10</sup> Criado por D. Pedro II (1695) e novo regimento em 16 de Janeiro de 1751.

ainda as Juntas da Casa da Rainha, Bragança e Infantado. Finalmente, a Junta dos Três Estados, que arrecadava e geria os rendimentos para o governo das tropas (1641).

Esta proliferação de instâncias e oficiais envolvidos na arrecadação e registo das rendas reais impedia, por completo, a coroa de possuir um conhecimento, mais ou menos rigoroso, dos momentos das cobranças e montantes dos rendimentos. Ou seja, tratava-se de um quadro próprio de uma economia privatística que se opunha ao de uma economia pública, que despertaria apenas na segunda metade do século, como teremos ocasião de referir.

Um exemplo da situação criada pelos arbítrios deste modelo pode ser ilustrado pela confusão que reinava na Junta dos Três Estados, objecto de variadíssimas intervenções da coroa ao longo do reinado de D. João V. Ora porque se verificavam desordens na cobrança das décimas e no lançamento do imposto dos *quatro e meio*, se intimidavam os lançadores para cobranças forçadas, ou se lavravam papéis confusos nos «algarismos», se acentuava a «froxidão» das cobranças, as contas não condizentes e as liquidações por fazer, criando, deste modo, uma enorme dificuldade no controlo das receitas<sup>11</sup>. Os obstáculos eram tantos que o monarca chegou mesmo a dar poderes excepcionais ao seu procurador na Junta para, «por escrito» ou somente «por voz», requerer consultas de todos os negócios despachados desde que lhe suscitasse dúvidas, inclusive, os respeitantes ao expediente ordinário do tribunal<sup>12</sup>.

## Os sentidos da reforma joanina

As acções para uma mudança no sector financeiro e económico tiveram lugar ainda durante os últimos anos do reinado de D. João V. A principal novidade teve a ver com a reforma das secretarias de Estado (1736) depois da morte de Diogo de Mendonça Corte Real (1658-1736), que desempenhava o cargo de secretário de Estado desde o início do reinado de D. João V (1707)<sup>13</sup>. O novo gabinete tinha como «ministro universal» do despacho o cardeal da Mota e como seu secretário frei Gaspar da

<sup>11</sup> V., entre outros, por exemplo, os decretos de 20 de Janeiro e 28 de Junho de 1722, 7 e 10 de Janeiro de 1724, 29 de Janeiro de 1731, 15 de Dezembro de 1736 ou 10 de Junho de 1739.

<sup>12</sup> Decreto de 18 de Agosto de 1722. V. *Collecção Chronológica das Leis Extravagantes* (1819), t. I, decretos e cartas, pp. 306-307.

<sup>13</sup> Sobre a reforma, v. ainda Subtil (2002).

Encarnação. Era composto por três secretarias de Estado, cabendo a Pedro da Mota e Silva os Negócios Interiores do Reino, por onde passariam, entre outras, as matérias da administração da justiça e da Fazenda real<sup>14</sup>. Com esta medida estava lançado o mote para submeter os despachos das consultas dos tribunais, incluindo os da área económica, ao novo titular do cargo, ou seja, prover a administração da Fazenda de um núcleo coordenador, pelo menos político.

A iniciativa foi muito aplaudida por D. Luís da Cunha, que, em carta a Marco António de Azevedo Coutinho, indigitado para secretário dos Negócios Estrangeiros e Guerra, afirmava que «foi muito acertada a resolução que Sua Majestade tomou de dividir ou multiplicar as Secretarias de Estado, repartindo as suas incumbências, para que fosse mais breve e melhor a expedição dos negócios»<sup>15</sup>. Esta reforma marca também, do ponto de vista institucional, o reconhecimento político por parte da coroa da inutilidade em usar o sistema tradicional para responder às novas necessidades de governo, uma vez que em 24 de Julho de 1713 se tinha procurado estabelecer novas formalidades no despacho dos negócios públicos, conferindo-se maior autoridade aos tribunais, em particular sobre as formas de decisão, bastando que fossem assumidas por dois conselheiros ou três, conforme as matérias. Apenas subiriam a despacho régio as que suscitassem dúvidas. O facto, porém, é que os «papéis» continuaram a «multiplicar-se» sem que fossem «resolutos» devido, sobretudo, à indeterminação de competências, funções e morosidade nas apreciações processuais.

A grande questão da administração da Fazenda, isto é, a sua centralização efectiva na arrecadação das receitas e controlo das despesas, ficaria, assim, adiada até à criação do Erário Régio, embora se sedimente a ideia da criação de um tesoureiro-geral da Fazenda que eliminasse a proliferação dos organismos envolvidos na administração tributária. Apesar de tudo, o novo secretário de Estado não receou iniciar um processo, que se tornaria essencial na segunda metade do século, que consistiu na criação de meia dúzia de cargos de intendentess e superintendentes que passaram a governar na sua dependência directa, subtraindo-se à supremacia dos tribunais e magistrados. Estes novos funcionários passaram a intervir em áreas sobretudo relacionadas com a Fazenda, como a solvência das dívidas dos Armazéns da Guiné e Índias, Casa da Moeda, Contadoria-Geral da Guerra e contrato do tabaco. As suas competências cobriam todo o reino e na sua acção política e administrativa não tinham cabimento as juris-

<sup>14</sup> *Collecção Chronologica de Leis Extravagantes* (1819), t. II, leis e alvarás, pp. 379-389.

<sup>15</sup> Cunha (2001), pp. 181-182.

dições privativas de outros magistrados, que, ao contrário, deviam coopear e acatar as suas ordens.

Ao mesmo tempo são dadas competências particulares aos corregedores e aos juizes de fora para que em todas as comarcas onde haja manufacturas procedam às suas inspecções no seguimento do Regimento de 7 de Janeiro de 1690, bem como incrementem o cultivo das terras. Já no final do reinado de D. João V, uma outra iniciativa, embora não inédita, procurou cuidar do uso da riqueza para que não se consuma inutilmente, evitando o luxo, principalmente de géneros estrangeiros (v. pragmática de D. João V de 24 de Maio de 1749).

## O período pombalino e mariano-joanino

Ao longo da segunda metade do século XVIII encontram-se, amiudadamente, nos textos legislativos expressões como a de que os ramos da economia são objecto dos soberanos «em razão das muitas, e grandes utilidades, que redundão ao Estado, e aos Povos» ou de que «huma bem entendida economia consiste em que não faltam por modo algum os meios, e assistências promptas para tudo o que for necessário»<sup>16</sup>.

O projecto obrigava o príncipe ao recurso a uma nova administração, mais activa e interveniente, que justificará, por sua vez, a instauração de um sistema moderno de arrecadação de impostos, separando, assim, as áreas da justiça e da economia (Schiera, 1968). A vinculação destas ideias à da teoria do «bem comum» e da «boa razão» foi um pequeno passo de que se encarregou o pombalismo na linha da doutrina do cameralismo e da ciência de polícia. Não é que antes conceitos como o de «utilidade pública» e o «bem da república» não tenham sido usados pelos monarcas para justificarem certas intervenções. Mas em meados do século XVIII a ideia de que o «Bem Comum deve preferir a tudo» (alvará de 13 de Novembro de 1756) tinha já outras consequências dogmáticas, nomeadamente a violação de alguns princípios do direito comum, especialmente os que se referiam aos poderes régios.

Tanto o *cameralismo*, «a afirmação do princípio pelo qual a administração e o correspondente aparato burocrático são, do ponto de vista legal, exclusivamente da competência do príncipe, e a consequente necessidade de funcionários tecnicamente competentes para lidarem com os modernos

<sup>16</sup> Por exemplo, a legislação pombalina, v. *Collecção das Leis, Decretos, e Alvarás, que comprehende o feliz reinado de Elrei Fidelíssimo D. José o I* (1777-1801).

instrumentos de gestão do Estado [...] uma técnica específica que o ensinamento tradicional do direito não contemplava»<sup>17</sup>, como a *ciência de polícia* enunciavam uma doutrina que se caracterizava pela intervenção activa no plano administrativo centrando, politicamente, por esta forma, a área da economia, a quem cabia, como se disse, proporcionar «bem-estar» aos súbditos. E, naturalmente, novos oficiais e órgãos que assegurassem a concretização destes objectivos. Ou a implantação de infra-estruturas indispensáveis ao projecto de mudança, como, por exemplo, o transporte de produtos, tanto para consumo interno como para as exportações, armanejamento e conservação, ou seja, para o «Bom Governo e Economia da Minha Fazenda Real», onde se incluem as construções de novas estradas. Nos finais do século XVIII, Francisco Coelho de Sousa Sampaio<sup>18</sup>, quando se refere ao *direito da polícia* (título sexto) como suporte da «felicidade do Estado» considera como seus instrumentos o aumento da população, a saúde dos povos, o comércio, a agricultura e as manufacturas. Por outras palavras, a «multiplicação dos sócios», o enriquecimento dos patrimónios e o aumento das receitas para a coroa.

### Centralidade e coordenação

O processo de centralidade teve como consequência contribuir para a fixação clara de responsabilidades e incentivar a coordenação. É assim, por exemplo, que assistimos, frequentemente, à criação e extinção de órgãos, lugares, ofícios ou à reformulação de competências das mais importantes instituições, como o Erário Régio, a Junta do Comércio e a Real Junta das Fábricas, confirmando os sinais de que a mudança estava a criar grandes expectativas. Em linhas gerais, pode dizer-se que a administração da Fazenda, na segunda metade do século XVIII, adquire uma maior complexidade, recorrendo a fusões de serviços e ao processo de centralização, com tendência para dominar todo o território e controlar directamente os vassallos, fazendo do Estado de polícia um instrumento de consolidação do poder régio (Astuti, 1984).

Começa, desde logo, quando são implementadas as companhias gerais e monopolistas para o «florescimento» do comércio e da agricultura<sup>19</sup>, o

<sup>17</sup> Schiera (1968), p. 406.

<sup>18</sup> V. «Prelecções do direito pátrio, público e particular (1794)», publicadas em Hespanha (1984).

<sup>19</sup> Alvará de 7 de Junho de 1755, reafirmado em 10 de Setembro de 1756 e 5 de Janeiro de 1757.

que levará de imediato à criação da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756), Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759), Companhia Geral do Pará e Maranhão (1755), Companhia do Comércio Oriental (1753) e Companhia de Comércio de Moçambique (1753). Depois, pela implantação de novos organismos cujas missões e funções eram claramente inovadores em relação aos tradicionais.

Em primeiro lugar, pelo Erário Régio, criado por carta de lei de 22 de Dezembro de 1761, que procurou centralizar as operações de tesouraria da Fazenda real e eliminar a pulverização das repartições que actuavam na arrecadação das receitas e pagamento das obrigações régias. Pretendeu também suprimir as dificuldades e deficiências no controlo das contas públicas, inaugurando uma nova contabilidade (partilhas dobradas) e novos registos, como a folha de caixa (diários), os balancetes (livros mestres) e os movimentos de receita e despesa (livros auxiliares). A mesma tecnologia seria imposta às câmaras alguns anos mais tarde (alvará de 23 de Julho de 1766), sendo, para o efeito, instruídas com regulamentos e formulários.

Mas o Erário Régio inaugurava também uma nova modalidade de coordenação, dado que examinava a actividade das principais instituições que actuavam no governo económico. Poucos anos depois da sua criação era já a maior e mais importante instituição da coroa, contando, nos finais do século XVIII, com cerca de 300 funcionários espalhados por todo o reino. Ao nível central era a instituição mais emblemática na área financeira (v. quadro n.º 13.1).

Como se pode ver também pelos quadros n.ºs 13.2 e 13.3, a nova instituição controlava, nos inícios do século XIX, quase por inteiro as receitas da coroa, tanto ao nível dos rendimentos ordinários (cerca de 70%) como extraordinários (aproximadamente 30%), onde avultam os provenientes das alfândegas, tabaco e décimas (Vasconcelos, 1865).

O segundo pólo de inovação institucional foi a Junta do Comércio<sup>20</sup> (30 de Setembro de 1755), cujos estatutos foram aprovados em 16 de Dezembro de 1756 para cuidar do «Bem Commum, do Commércio» e propor as medidas para o seu incremento, «assim a mercancia em grosso, como as vendas pelo miúdo, e ainda as Artes Fabris, que constituem os Elementos da felicidade do Reino, e as mãos, e braços do Corpo Político».

<sup>20</sup> Sobre a diversidade funcional da Junta do Comércio e Junta do Tabaco, v. a interessante e minuciosa «Relação dos Livros de Registo que em conformidade do Decreto de 14 e Portaria de 24 de Agosto [1833] se remetem para o Archivo da Torre do Tombo para serem ali guardados; que servirão durante o tempo da Usurpação na Administração da Real Fabrica das Sedas e Obras de Aguas Livres» (AN/TT, sala dos índices, livro 305).



Estimativa do pessoal afecto às instituições centrais  
da administração financeira (século XVIII e inícios do século XIX)

[QUADRO N.º 13.1]

Organismo	Inícios do século XVIII	Finais do século XVIII	1820
Conselho da Fazenda.....	45	40	35
Erário Régio.....	—	45	70
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.....	—	15	20

A tendência para a supremacia da Junta do Comércio na política económica está, igualmente, expressa na obrigatoriedade de os homens de negócios se matricularem na sua secretaria para poderem gozar de privilégios e isenções em todas as suas actividades (carta de lei de 30 de Agosto de 1770). A abertura de lojas em Lisboa carecia igualmente da sua autorização (16 de Dezembro de 1756) e a licença de mercador devia ser obtida após exame na mesma (16 de Dezembro de 1757). As sociedades mercantis só podiam exercer a actividade depois de escrituradas na Junta (carta de lei de 30 de Agosto de 1770). A Junta do Comércio passou a ter também total jurisdição sobre a Casa de Seguros (14 de Novembro de 1783)<sup>21</sup> e, mais tarde, sobre algumas sociedades seguradoras, como a do Caldas Machado (1792), Tranquilidade Recíproca (1804), Indemnidade (1804) e Rectidão (1811)<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> O regulamento da Casa dos Seguros para os negociantes de Lisboa foi aprovado em 1758.

<sup>22</sup> O poder da Junta era tão grande que, expulsando alguns segurados por não terem feito o pagamento das apólices, os visados recorreram para o tribunal superior do Desembargo do Paço, conseguindo obter o embargo da sentença. Todavia, os membros da Junta evocaram o carácter «económico» do seu governo e suspenderam o embargo do tribunal, mantendo, portanto, a sentença. Apesar da violenta reacção do tribunal, o facto é que a Junta não foi intimada para respeitar as decisões tomadas (4 de Abril de 1786, IAN/TT, Desembargo do Paço, Repartição das Justiças e do Despacho da Mesa, maço 590).

Rendimentos ordinários do fundo do Erário Régio (1812)  
(5 106 500\$000)

[QUADRO N.º 13.2]

Tipo de receita	Percentagem
Décimas.....	14,2
Alfândegas.....	45,1
Subsídio literário.....	0,7
Sisas, terças e real de água.....	3,1
Chancelarias e selo.....	0,9
Tabaco e sabão.....	22,9
Marfim e cartas de jogar.....	0,5
Casas de Bragança e das Senhoras Rainhas.....	2,9
Ano de morto <sup>23</sup> , comendas, Casa da Moeda e outros pequenos rendimentos.....	3,6
Remanescentes de cofres fora do Erário.....	6,2
	100,0

Rendimentos extraordinários do fundo do Erário Régio (1812)  
(2 396 000\$000)

[QUADRO N.º 13.3]

Tipo de receita	Percentagem
Contribuições extraordinárias.....	75,1
Direitos do vinho do Porto.....	15,4
Moeda de bronze.....	3,0
Papel-moeda (lucro de compras).....	6,5
	100,0

<sup>23</sup> Imposto lançado em todos os benefícios do reino e ilhas sobre renúncias *in favorem* e nas pensões.

Outra importante instituição, o Conselho do Almirantado<sup>24</sup>, presidido pelo secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, incorporava uma Junta da Fazenda, que tutelava a Fábrica da Cordoaria, a inspecção e direcção dos pinhais reais e o Corpo de Engenheiros Construtores, responsável pelos projectos das novas infra-estruturas viárias.

A criação dos intendentes, superintendentes e inspectores constitui um outro caso de modernização funcional da administração régia, dado que passaram a disputar o poder aos magistrados responsáveis pelas comarcas e provedorias (corregedores e provedores), que, com os seus pareceres e inquirições, influenciavam, de forma quase absoluta, as decisões dos tribunais régios. O novo conjunto de altos funcionários da coroa a quem competia a administração de determinados negócios, sobretudo do governo económico, constituiu um dos pólos mais dinamizadores da centralização política e do novo modelo de governo. Possuíam jurisdição sobre todos os outros magistrados régios, introduzindo, por isso, o modelo de uma administração paralela e concorrencial que indiciava uma ruptura com o sistema corporativo de governo, podendo, inclusive, deprecar quaisquer ministros para devassar ou fazer diligências mesmo fora da sua jurisdição.

Enquanto na primeira metade do século foram criados cerca de meia dúzia destes cargos, na segunda metade o número subiu para perto de meia centena. As suas áreas de actuação cobriam o comércio, a agricultura, as obras públicas, a arrecadação dos impostos, as fábricas, a navegação, os hospitais, o provimento das tropas, o contrabando, os foros e rendas da coroa, etc., ou seja, áreas nevrálgicas da administração financeira e económica. Aos intendentes e superintendentes foram confiadas, de uma forma geral, tarefas para melhorar a agricultura, a indústria e o comércio por *intenderem* na sua administração. Aos inspectores pediu-se sobretudo o exame e fiscalização dos serviços para o cumprimento das suas actividades, bem como propostas para a melhoria dos mesmos.

Quaisquer dos cargos estavam na dependência directa dos secretários de Estado e as suas competências cobriam territórios que não estavam confinados à tradicional divisão das comarcas ou provedorias. De referir, entre os mais importantes, o superintendente-geral das Carruagens do Reino (15 de Abril de 1735), o superintendente dos Pinhais de Leiria (alvará de 11 de Janeiro de 1783), os superintendentes-gerais das alfândegas (1766)<sup>25</sup>, um para o Norte e outro para o Sul (1766), o superintendente

<sup>24</sup> Criado por decreto de 25 de Abril de 1795, recebendo regimento em 26 de Outubro de 1796 (*Colecção das leis, decretos e alvarás...*, vol. IV, 1796-1799), com a categoria de tribunal régio.

<sup>25</sup> Contra os descaminhos e contrabandos em «prejuízo das Fabricas Nacionaes, e dos Homens de Negocio, que fazem hum Commercio Legal» foram criados dois superintendentes-gerais das alfândegas, um para o Sul, outro para o Norte (lei de 26 de Maio de

do Sal do Algarve (1765), o inspector-geral para as Fábricas do Reino (1777), os superintendentes dos lanifícios (1769), o superintendente-geral da Décima<sup>26</sup>, etc.

Mas os casos mais paradigmáticos referem-se, em primeiro lugar, à Intendência-geral da Polícia (25 de Junho de 1760), que, para além da prevenção da criminalidade, inaugurou o método estatístico como forma de governo. O intendente, na lógica de acumulação de funções, viria a assumir os importantes cargos de administrador-geral das Alfândegas e de superintendente-geral dos Contrabandos.

O superintendente-geral dos Correios e o superintendente das Estradas, cargos assumidos em acumulação a partir de 1791 por José Diogo Mascarenhas Neto, tinham por missão melhorar os transportes e o tráfego postal, bem como a comunicação entre as secretarias de Estado, entre estas e os tribunais, através de distribuidores de correio a pé e a cavalo. Como resultado, foram inauguradas algumas das primeiras estradas, aumentada a receita do correio com o estrangeiro em cerca de 70% e, internamente, foi quadruplicado o tráfego postal entre os anos de 1799 e 1819<sup>27</sup>.

O superintendente dos Contrabandos (1771) foi acumulando sucessivas competências e autoridades sobre as câmaras em detrimento dos juizes de fora e corregedores. Pertencia-lhe a jurisdição sobre as casas fiscais do reino com autoridade sobre os superintendentes e juizes que exercessem o officio nas alfândegas. Passou a ter também jurisdição cumulativa sobre todos os ministros para conhecer os descaminhos dos direitos reais, bem como a capacidade para devassar os contrabandistas (alvará de 20 de Janeiro de 1774).

O superintendente do Papel Selado passou a administrar o novo imposto do selo para «nele se escrever, ou lavrar todo, e qualquer Acto, que deva ter nos seus Reinos Fé Pública», em toda e qualquer repartição secular ou eclesiástica (alvará de 10 de Março de 1797), dirigindo quatro depósitos de distribuição (Faro, Évora, Coimbra e Porto). A tutela pertencia ao Erário Régio<sup>28</sup>.

Finalmente, entre as instituições que se diferenciavam por assumirem administrações particulares haverá que mencionar a Junta de Todas as

1766). Esta missão passaria, posteriormente, a ser exercida, em acumulação, pelos superintendentes do tabaco em cada província (alvará de 27 de Julho 1795).

<sup>26</sup> Devido a dúvidas postas é declarado com jurisdição para todo o reino (v. decretos de 19 de Outubro de 1798 e de 17 de Abril de 1799).

<sup>27</sup> V. estatísticas referentes às receitas e tráfego em Vilela (1990).

<sup>28</sup> V. *Regulamento do Intendente do Selo e formas de escrituração. Instrucções para o Governo Interino, e responsabilidade da Administração do Papel Selado* (22 de Julho de 1797).

Fábricas deste Reino e Águas Livres (1781), a Fábrica da Seda, cujos estatutos foram confirmados por alvará de 6 de Agosto de 1757, dependente da Junta do Comércio e, mais tarde, do Erário Régio (30 de Novembro de 1801), a Junta da Administração do Tabaco (Regimento de 18 de Outubro de 1702), a Mesa do Bem Comum dos Mercadores de Retalho (16 de Dezembro de 1757) e a Mesa dos Direitos dos Vinhos (26 de Outubro de 1765).

De assinalar, igualmente, as fusões ou uniões de alguns destes organismos, o que comprova o modo como se adaptavam às novas situações, como é o caso, por exemplo, da união da Fábrica de Lanifícios de Portalegre, Covilhã e Fundão, unidas numa só direcção para «animar os administradores a mandarem vir Mestres de fora do Reino, e a entrarem no aumento material dos Edifícios, e do numero dos Theares» (23 de Janeiro de 1799).

Já no final do século, para apoiar o esforço financeiro das reformas, seria criada, excepcionalmente, uma Junta Provisional formada pelos membros do Conselho de Estado, o marquês mordomo-mor (presidente do Erário Régio), regedor da Casa da Suplicação, o conde de Vila Verde, Luís de Vasconcelos e Sousa e João de Saldanha Oliveira (6 de Novembro de 1799).

A um nível político superior haverá que destacar duas instâncias, uma de coordenação e outra de fiscalização, que formaram o núcleo duro das reformas. Quanto à coordenação, assumem papel de relevo as secretarias de Estado que passaram, desde meados do século, a controlar o expediente burocrático que subia ao monarca, sendo os próprios secretários de Estado a presidirem à maioria das novas instituições entretanto criadas. O Conselho de Estado era formado, em finais do século, exclusivamente, por estes ministros.

Por outro lado, a instância de fiscalização passou a ser assegurada pelo procurador-geral da Coroa e pelos diversos procuradores da Fazenda que actuavam em diversos sectores. Com os seus pareceres, quase vinculativos da decisão régia, constituíram a garantia da legitimidade política. Foram por isso dirigentes reformistas de peso, sobretudo na área do governo económico<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> V., sobre estes magistrados, Subtil (1996).

## Outros instrumentos de acção da coroa

Por último, de forma breve, haverá que salientar alguns dispositivos que influenciaram o quadro institucional. Seleccionamos, para o efeito, o carácter comissarial dos novos officios intendençiais, a implementação de sistemas de informação e a valorização dos transportes e comunicações.

### O estatuto comissarial dos novos funcionários

Uma das maiores novidades do officio público, sobretudo os da justiça e Fazenda, teve a ver com a adopção do carácter amovível e transitório dos seus desempenhos. Este facto é fundamental para as reformas, como assinala Pierre Legendre quando afirma, a propósito, que «a formação das concepções sobre a comissão é de uma importância capital no que se refere à progressão da administração monárquica para uma constituição definitiva [...] em que, a reivindicação essencial do direito para criar officiais, um novo atributo da soberania, completa o direito de fazer a lei [...] os officiais são uma graça, uma mercê do Príncipe, que pode por sua vontade organizar os cargos fora de todo o estatuto de Direito privado, por comissão» (Legendre, 1974).

O desenho desta reforma começou em meados do século XVIII (entre 1750 e 1755) com a nova definição dos estatutos remuneratórios (ordenados fixos com redução ao mínimo dos emolumentos, definição de grelhas salariais e dependência do Erário Régio quanto aos vencimentos). Esta forma de remuneração tinha subjacente a doutrina segundo a qual o pagamento de um serviço por um ordenado constituía uma contratualização, ao contrário, portanto, da ideia do officio como fonte de rendimento sustentado por uma base económica autónoma (patrimonialização). Ideias que tinham resultados evidentes no modelo de obediência, disciplina e avaliação dos desempenhos, sendo, por isso, também que se começaram a desenhar fórmulas para seleccionar os candidatos através do mérito e competências profissionais. Acompanhando a mudança do estatuto remuneratório, o estatuto jurídico enuncia também novos princípios, como o dos proprietários dos officios de fazenda terem de os servir, proibindo, naturalmente, a prática dos serventuários (alvará de 8 de Agosto de 1753).

No início da década de 60, aquando da criação do Erário Régio, começou a ganhar consistência a ideia de que os officios da Fazenda «tenham a natureza de meras serventias [...] sempre amovíveis a Meu Real arbitrio» e



que 'nenhum oficial' possa acumular em si dous Offícios da Minha Real Fazenda» (alvará de 22 de Dezembro de 1761). Depois da publicação da Lei da Boa Razão (1769) reafirma-se, por carta de lei de 23 de Novembro de 1770, que é «erroneo, abusivo, e sem fundamento» o direito consuetudinario com que os officios de fazenda e justiça passavam de pais para filhos e, portanto, «os Offícios vagos, e que daqui em diante, succedendo vagar, forem por mim providos, se entendão sempre personalissimos, e dados sómente em vida» contra o chamado costume e «pretendido Direito Consuetudinario»<sup>30</sup>.

Desta forma, as inovações na teoria dos officios públicos passaram a implicar que o funcionário possuisse jurisdição disponível em qualquer momento à razão do príncipe, qualidades requeridas para o officio em que era provido (mérito) e responsabilidade pelo desempenho profissional, ou seja, novos instrumentos de disciplina e obediência dos funcionários e a promoção da livre e espontânea vontade do monarca<sup>31</sup>.

### O conhecimento administrativo

Uma das iniciativas mais inovadoras no plano administrativo foi a implantação de um novo método de decisão que consistiu na reunião e análise de dados regionais ou nacionais. Reportamo-nos, essencialmente, a actividades que visavam a elaboração de relatórios e diagnósticos. É o caso, por exemplo, do tombo de todos os pinhais reais cujos títulos estão perdidos nas câmaras, conferindo-se poder ao juiz do Tombo para os pedir à Torre do Tombo e aos cartórios das câmaras. Ou o balanço da quantidade e qualidade das madeiras, alcatrão, breu, etc. (31 de Janeiro de 1798).

Mas os mais exemplares foram assumidos pela Intendência-Geral da Polícia, que, com persistência, desenvolveu a prática dos censos relativamente aos nascimentos, casamentos e óbitos, registos de mortalidade e estado sanitário das populações. O mesmo se passou com os registos de bairro, movimento de pessoas e bens ou relatórios dos corregedores sobre os mais variados assuntos das suas comarcas.

Também a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino ordenou inquéritos sobre a geografia, povoação, agricultura, comércio, pescarias, costumes rurais, manufacturas, história natural, educação e saúde pública, direitos e rendas reais que deviam ser respondidos pelos párocos em colaboração com

<sup>30</sup> Regimento de 23 de Novembro de 1770.

<sup>31</sup> Sobre esta temática, v. Subtil (1996), pp. 93-101.

os corregedores e outros ministros, juizes e câmaras da província de Entre Douro e Minho «intimamente ligada à Economia Pública, ao bem dos Póvos, e do Estado». Ou ainda o balanço mandado fazer dos bens vagos das ordens religiosas, como casais, terras, vinhas ou herdades, para serem vendidos, emprazados ou sub-rogados em padrões de juro real sujeitos ao pagamento da décima (decretos de 24 de Outubro de 1796 e de 20 de Agosto de 1798).

Estes ingredientes da nova lógica administrativa pretendiam desembaraçar o núcleo central do poder régio dos constrangimentos impostos pela dependência dos tradicionais tribunais régios relativamente à informação veiculada, em exclusivo, pelos corregedores e provedores, bem como libertar-se do seu carácter local e regional. A ordem do discurso económico podia, doravante, identificar-se melhor com a assunção das novas estratégias reformistas, transformando, assim, as suas condições de produção.

### Transportes e comunicações

D. Luís da Cunha, nos inícios do século XVIII, afirmava já que «pouco importaria aos lavradores recolherem muitos frutos, se os não puderem negociar de umas províncias para as outras [...] De sorte que facilitando aos lavradores as vendas dos frutos que cultivam, e aos fabricantes as dos géneros em que trabalham, o proveito que de tudo tirassem, serviria de emulação para que todos se applicassem»<sup>32</sup>.

Foram precisos anos para que esta incumbência fosse atribuída a intendentes nomeados para o efeito, como atrás já foi referido, o intendente das Estradas e o intendente-geral dos Correios. De facto, ao longo de todo o século XVIII foram muito difíceis as condições de transporte de pessoas, mercadorias e circulação da informação. A alteração desta situação só ocorreu na última década, quando se iniciaram os processos de adjudicação de terrenos, tendo em vista o «Bem Público» para a construção da estrada entre Lisboa e o Porto, a que se deveriam seguir as chamadas vias secundárias (alvará de 28 de Março de 1791).

Na invocação dos argumentos reconhece-se o estado de ruína das estradas públicas – «não podem os Lavradores transportar os Frutos dos seus trabalhos, nem por falta de Exportação, e Consumo adiantar a sua Agricultura» –, o que decorria de falta de princípios de «polícia» para

<sup>32</sup> Cunha (2001), p. 350.

estabelecer os critérios das suas construções e do seu bom uso<sup>33</sup>. No mesmo ano seria criado então um superintendente-geral das Estradas com a tarefa de formar um regulamento de polícia, economia e administração, o que veio a acontecer com a publicação do *Regulamento para a Reforma dos Carros, e Estabelecimentos das Barreiras nas Estradas novamente construídas* (alvará de 11 de Março de 1796).

Adiantaram-se também algumas soluções sobre os inconvenientes causados pelas portagens, estipulando-se, para o efeito, as taxas que se deviam pagar de acordo com o tipo de transporte (carro de bois, sege, liteira, carruagem, besta de viagem, jumento, bois, vacas ou bestas conduzidas em manadas, ou gado de lã, cabradas ou porcos)<sup>34</sup>.

Pela mesma altura era publicado o *Regulamento para a Conservação das Novas Estradas*, da responsabilidade do mesmo superintendente e, um pouco mais tarde, a *Instrução para o Estabelecimento das Diligências entre Lisboa, e Coimbra e os lugares de Carruagem de Posta* (6 de Junho de 1799).

Quanto aos correios, em 17 de Outubro de 1796, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, fez saber ao conde de Penafiel, D. Manuel José da Maternidade da Mata de Sousa Coutinho, proprietário do ofício de correio-mor, da necessidade em incorporar na coroa o dito ofício para «a facilidade das comunicações interiores [...] tão indispensável, e necessária em Estados Commerciaes». Depois de algumas negociações, o ofício passava para a administração régia em 16 de Março de 1797, ficando António Araújo de Azevedo, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, com a administração das postas, correios e diligências. Em 1 de Abril de 1799<sup>35</sup>, José Diogo Mascarenhas Neto é nomeado superintendente-geral dos Correios à frente de três administrações distintas. Uma para os Seguros, outra para as Cartas do Reino e uma outra para as Cartas do Ultramar e Estrangeiras. Toda a regulamentação ficou concluída em 8 de Abril de 1805 com a publicação de um regimento geral.

<sup>33</sup> Como resultado destes projectos e para se ter uma ideia das dificuldades de transporte bastaria lembrar que a única estrada que passou a ligar Lisboa e Coimbra demorava 40 horas (32 de viagem e 8 de descanso) em diligências com capacidade para quatro passageiros (1798).

<sup>34</sup> *Collecção das Leys, Decretos, e Alvarás, que comprehende o Feliz Reinado da Rainha N. Senhora D. Maria I* (1800), vol. IV, de 1796-1799, e vol. V, de 1790-1795.

<sup>35</sup> V. Regulamento Provisional para o Novo Estabelecimento do Correio e do Superintendente Geral dos Correios de 1 de Abril de 1799. E ainda as Instruções Práticas para os Correios Assistentes (6 de Junho de 1799).

O destaque conferido à racionalização do espaço através do melhoramento dos transportes e comunicações, como condição fundamental para a progressão das reformas económicas, coincidiu com o período referente ao segundo protagonismo político de José de Seabra da Silva (secretário de Estado do Reino entre 1788 e 1798) e ficou ainda associado à intenção para uma nova divisão administrativa do reino (carta de lei de 19 de Julho de 1790 e alvará de 7 de Janeiro de 1792)<sup>36</sup>.

## Conclusão

O quadro institucional referente à área económica do século XVIII apresenta, fundamentalmente, duas tendências. Uma primeira, que respeita à manutenção das jurisdições tradicionais, naturais e particulares. Uma segunda, que configura um novo modelo de governo, racional e público. Se ambas as tendências coabitaram ao longo do século, como que formando um duplo sistema administrativo, contudo, o factor mais evidente desta concorrência foi a lenta «decapitação» política dos tribunais régios e seus magistrados e, em contrapartida, a rápida ascensão das secretarias de Estado e organismos de tipo intencional na condução do governo económico. Se a centralização institucional foi expropriando jurisdições privadas sem, todavia, anular focos de produção de poderes que se autogovernavam, o facto é que as estruturas colegiais, muito complexas e incapazes de reorganizar uma administração periférica, tornaram-nas inúteis para o projecto de modernização. Desta forma, os tribunais de fazenda e de governo económico, embora não tenham sido extintos, viram reduzidas as suas funções às questões contenciosas, deixando o governo económico para as secretarias de Estado e os novos organismos entretanto criados sob sua tutela, para funcionarem como intermediários políticos à periferia sem intervenção dos conselhos régios.

Se, na primeira metade do século, cada imposto gerava uma administração particular e heterogénea, na segunda metade procurou-se anular esta «desordem» por uma lógica de centralização e homogeneidade. A monarquia foi, sobretudo, a partir do período pombalino, espectacularmente equipada com aparelhos institucionais cada vez mais numerosos, especializados e melhor coordenados para exercer um controlo global sobre o conjunto das actividades económicas e financeiras. Para cimentar esta lógica foram criados outros instrumentos de acção política, como as alte-

<sup>36</sup> V. sobre este assunto. Silva (1998).

rações na teoria dos ofícios, nos recursos de informação e num novo modelo espacial assente nas reformas da divisão do território, dos transportes e das comunicações.

## Bibliografia

- ABREU, Capistrano de (1928), *Capítulos de historia colonial (1500-1800)*, Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu.
- ABREU, Laurinda (1990), *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de Sociabilidade e de Poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.
- AERTS, Erik, e CROUZET, François (1990), *Economic Effects of the French Revolutionary and Napoleonic Wars*, Leuven, Leuven University Press.
- AFREIXO, José Maria da Graça (1884), *Memoria historico-economica do concelho de Serpa*, Coimbra, Casa Minerva.
- ALEXANDRE, Valentim (1986), «Um momento crucial do subdesenvolvimento português: efeitos económicos da perda do império brasileiro», in *Ler História*, n.º 7, pp. 3-45.
- ALEXANDRE, Valentim (1989), «Um passo em frente vários à retaguarda: resposta à nota crítica de Pedro Lains», in *Penélope*, n.º 3, pp. 103-110.
- ALEXANDRE, Valentim (1991), «Resposta à segunda nota crítica: Lains no país das adivinhas», in *Penélope*, n.º 5, pp. 165-178.
- ALEXANDRE, Valentim (1993), *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*, Porto, Edições Afrontamento.
- ALLEN, R. C. (2001), «The great divergence: wages and prices in Europe from the Middle Ages to the First World War», in *Explorations in Economic History*, vol. 38, n.º 4, pp. 411-447.
- ALMEIDA, Fortunato de (1920), «Subsídios para a história económica de Portugal», in *Revista de História*, vol. IX, n.ºs 33-36, pp. 140-147 e 161-207.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de (1957), *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de (1962), *O Engenho do Pinhal no Tempo do Rei D. João V*, Coimbra, Instituto de Estudos Históricos.